

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar

Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF

CEP: 70910-900

Telefone: (61) 3107-3700

www.editora.unb.br

contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2023.
263 p.

Formato PDF.

ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

III. Gênero, feminismo e sexualidade

Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?

César Augusto Bardi

Quando transcorrido um ano da morte de Aníbal Quijano, Catherine Walsh¹ destacou que a hidra capitalista tinha um enorme poder de regeneração, de mutação, de mudança e, a partir do corte de uma cabeça, aparecia outra. Deste modo: se a colonialidade de poder tinha como gênese a América, o que poderia ser repensado depois de experiências vividas pelos governos “progressistas”?

Neste sentido, é necessário analisar, pensar, nomear as novas estratégias, configurações e projetos da colonialidade hoje, dos quais Walsh destacou:

1. a desnacionalização do Estado-nação;
2. as novas configurações do aparato militar-policial, das quais a intervenção federal no Rio de Janeiro, a militarização das cidades na Colômbia e o novo projeto de segurança pública mexicano seriam exemplos;
3. a crescente aliança político-religiosa-heteropatriarcal, mesmo em governos supostamente “progressistas”, como México, Bolívia e Equador;
4. a nova economia extrativista do conhecimento;
5. as desumanidades nas (uni)versidades, com a morte das disciplinas humanísticas e sociais, a exemplo do que ocorre na Global University, em Cusco; e
6. a despossessão (“despojo”) total de indígenas, comunidades negras, culturas locais, comunidades pobres das cidades, todos(as) alheios(as) ao poder dos “Estados corporativos e governos, de sua política e economia”, todos(as) que lutam pela vida ante uma crescente desesperança e desumanidade.

1. As citações na sequência estão em Catherine Walsh (2019).

Mais que isso: os novos “perigos decoloniais”, pela essencialização da decolonialidade reduzida ao “étnico”, ocultando as “violências coloniais internas”, como as de gênero, de cooptação, do uso mesmo do comunitário e do patriarcado. Ao fim, a decolonialidade como propriedade de alguns iluminados e iluminadas, mercantilizada, como novo “cânone de pensamento crítico” e de “retórica discursiva dentro das esferas do Estado e poder”.

A intenção da pensadora é abrir novas reflexões, a partir de um referencial que não se assume fechado, mas de um trabalho que Aníbal Quijano entendia como “dentro, fora e sempre contra”.

Daí seu chamado, anos atrás, para *(in)disciplinar*, no sentido demarcado por Catherine Walsh, Freda Schiwy e Santiago Castro-Gómez (2002):

1. tornar “evidente o disciplinamento, a disciplina e as formações disciplinárias que se vem construindo nas ciências sociais, desde o século XIX, mais especialmente em sua institucionalização na América Latina no século XX e fazer ressaltar seu legado colonial”;
2. antes que ignorar ou menoscabar as ferramentas teóricas ou os conceitos centrais das ciências sociais, fazê-las se comunicarem entre si e “re pensar sua utilidade ou seus efeitos sobre as relações coloniais, perguntando até que ponto estas ferramentas perpetuam a lógica vigente”;
3. buscar modificações e ajustes às ferramentas e aos conceitos do pensar moderno e, quando necessário, também alternativas frente ao mundo moderno/colonial; e
4. reconhecer outras formas de conhecimento, “particularmente os conhecimentos locais produzidos a partir da diferença colonial e dos cruzamentos e fluxos dialógicos que podem ocorrer entre eles e os conhecimentos disciplinários”.

Se a recepção da teoria decolonial no Brasil reproduzindo, em parte, o mito da democracia racial tem insistido numa colonialidade sem raça, em racismo sem nominar raça e na discussão de decolonialidade sem envolvimento de gênero e sexualidade, seria importante abrir novos campos de debates.

Gênero e debates

Os novos debates sobre “escola sem partido” e “ideologia de gênero” – além da ênfase, nos grupos de extrema direita em especial, sobre os papéis masculinos e femininos, sobre a naturalização de violências patriarcais e sexistas – parecem indicar, ao contrário do que parte da teoria crítica hegemônica de direitos

humanos, que “gênero” e “sexualidade” se tornaram centrais em termos de colonialidade do poder e projetos contra direitos humanos de alta intensidade. Dessa forma, questionar essa “pedagogia da crueldade” (Segato, 2019a) implica verificar, juntamente, como a sexualização da raça e a racialização das sexualidades colaboram para criar novos “pânicos morais” e “contragramáticas” de resistência a formas de lutas de direitos humanos.

Neste ponto, pensar – mais que a interseccionalidade clássica norcêntrica – em termos de cossustancialidade e coimbricação, nos termos em que Maria Lugones, Yuderkis Espinosa, Ochy Curiel e, antes, Lélia González tematizaram em termos de corpo-políticas antirracistas e antissexistas.

Yuderkis Espinosa (2010; 2017), aliás, sustenta que as prerrogativas de classe, raça/etnia e hegemonia heterossexual que dividem mulheres do Sul e do Norte não somente se tornam, muitas vezes, no chamado de solidariedade, mas acabam encobrindo e associando-se aos “interesses de mulheres branco-mestiças das burguesias nacionais e [do] programa global de expansão capitalista colonial”. Daí porque se utiliza, neste particular, a expressão “racismo de gênero”.

A partir das experiências das mulheres afro e indígenas, o “acesso sexual se vê contaminado pelo universo do dano e da crueldade – não somente como apropriação dos corpos como territórios” senão “*su damnación por el gozo expropiador*”² e, portanto, conquista, rapina e violação associadas ao processo de conquista (Segato, 2018).

Nesse processo de “despojo”, Rita Segato tem insistido que a categoria da colonialidade talvez não consiga retratar a nova realidade, que a autora designa como conquistualidade ou “*dueñidad*”, com “refeudalização de territórios gigantescos” (Segato, 2018). Ciudad Juárez, no México, e Buenaventura, na Colômbia, como destaca Betty Lozano Lerma (2016), são dois exemplos atuais deste novo panorama que se vem intensificando em nossa América.

A dificuldade de discussão crítica sobre religião

O pensamento dito “crítico” e “progressista”, à exceção da problematização da “teologia da libertação” – até mesmo por sua vertente de origem marxiana –, reluta em tematizar, criticamente, a questão da religião, em especial aquelas não eurocentradas. Isso envolve não somente a esquerda clássica, mas também movimentos feministas/LGBT institucionais, como se percebe em relação a todo o fenômeno do feminismo islâmico, de novas teologias negras, de movimentos de discussão sexual em relação a indígenas e povos e comunidades tradicionais,

2. “Sua condenação por expropriar a alegria”.

em novas epistemes que podem surgir a partir das religiões de matriz afro-indígenas brasileiras. As epistemologias da “macumba” (Malomalo, 2019) e da “encruzilhada” (Rufino, 2019), as cosmopolíticas afro-indígenas, as espiritualidades não canônicas e hegemônica são alguns exemplos de novos projetos que vêm sendo ignorados pelas “epistemologias” críticas, pela dificuldade mesma de tematizar, simultaneamente, raça, religião e gênero.

Isso, ao fim, mostra a necessidade de tratar essas relações a partir de outros parâmetros:

1. a religião, na modernidade colonial, tornou-se a forma mais eficiente de subalternização de conhecimentos e de povos (Maldonado Torres, 2008);
2. as Igrejas neopentecostais e evangélicas “literalistas” conseguiram fazer a “mimesis das tecnologias comunitárias de sociabilidade e substituir os antigos e desfeitos conjuntos por outros novos e esvaziados de seu sentido de enraizamento e história” (Segato, 2018);
3. certos cosmos, espiritualidades, religiosidades – ao contrário do que parte da teoria marxiana insiste –, longe de serem “ópio do povo” são disfuncionais ao projeto de desenvolvimento e do capital (Segato, 2018) e isso talvez se associe, junto ao racismo religioso, a ojeriza a religiões de matriz afro e/ou islâmicas (Segato, 2018); e
4. destacar, com Talal Asad (2003), Saba Mahmood (2008) e Joan Scott (2009), como nem sempre o secularismo tem permitido versões mais amplas de direitos humanos e que talvez tenha de se reconhecer que há um dispositivo de “sexularismo”, em termos de gênero e distinção religioso-profana.

Sexualidades dissidentes

As tensões e possibilidades de releituras críticas dos movimentos LGBTs – estes ainda muito centrados nas versões masculinas, heteronormativas e brancas –, a partir de feminismos negros e das experiências e problemáticas de trans e travestis, ainda não vêm sendo objeto de atenção, o que remete ao esforço de:

1. questionar as colonialidades internas dos movimentos sociais, em especial as reproduções de sexismos e racismos; e
2. estabelecer novos pontos, a partir de novas realidades, vivências, “do lado de cá”, do Sul, e não a partir das referências e pautas do Norte.

Roger Rios, por exemplo, há tempo vem destacando que as lutas LGBTs, mesmo as hegemônicas, invertem a “lógica das três gerações”: no caso brasileiro, judicializar primeiro as questões previdenciárias, para, somente depois, as de direito civil ou de família. Os livros, contudo, insistem numa genealogia que não é a nossa.

Rita Segato (2019b), no discurso proferido na Feira do Livro de Buenos Aires de 2019, clamou por criarmos “nossa própria desobediência”, sem confundir: “*ni una menos*” com “*me too*”, nem com o manifesto das intelectuais francesas, pois “cada movimento e cada feminismo só pode ser construído com os elementos de sua história”. Assim sendo, deste lado do Atlântico – e também do Pacífico –, não se busca um terceiro “como árbitro indispensável das relações”, mas um mundo no qual “a vincularidade é vital e pode e deve ser conservada pelo amparo que nos brinda e a felicidade que nos traz”.

Recentemente, Brenna Bhandar e Denise Ferreira da Silva (2017), comentando Nancy Fraser, destacavam:

1. o quanto é “cansativo quando feministas brancas falam da ‘segunda geração do feminismo’ como se fosse o único ‘feminismo’”, e como se os países colonizados tivessem de cumprir aquilo que se imagina como o futuro eurocentrado;
2. como os esquemas conceituais anglófonos compartilham o mesmo núcleo liberal, que boa parte das feministas negras e terceiro-mundistas identificaram, expuseram e criticam muito cedo; e
3. a necessidade de feministas brancas reconhecerem quando se envolvem em estratégias políticas que já foram teorizadas e praticadas por feministas negras e terceiro-mundistas.

Neste ponto, é interessante verificar como, na discussão sobre *O contrato sexual* (Pateman, 2008), a teoria hegemônica no Brasil não faz o debate conjunto – que era o dos Estados Unidos – sobre o contrato de “dominação” ou “racial” (Charles Mills), nem como as esferas do contrato e do *status* estão colonialmente estruturadas (Segato, 2003). O que pensar, a partir disso, sobre o contrato heterossexual, na chave explicativa de Curiel (2013), ao analisar o movimento LGBT e a constituinte colombiana?

Como avançar a partir do reconhecimento da ideia de “antropologia da dominação” (Curiel, 2015), para fazer etnografias de “nossas práticas acadêmicas, metodológicas e pedagógicas que contêm a ideia de desenvolvimento, de solidariedade transnacional baseada em privilégios”?

Até que ponto as discussões mantêm um paradigma liberal, compatível com a discussão de mercado, seja em termos de antirracismo, feminismo e lutas LGBT? Ao final, há um feminismo, um antirracismo e uma LGBTI de mercado, compatíveis com as aspirações de manutenção do sistema de hierarquia entre lutas e pautas. Quais são as compatibilidades da decolonialidade com versões antirracistas, feministas e LGBTIs com os parâmetros de mercado “de diversidades, sexualidades e raças”?

Como as colonialidades de gênero/sexualidade são explicitadas nos movimentos institucionais feministas e LGBTs? Quais lutas são invisibilizadas ou ignoradas, a partir da chave explicativa hegemônica? Se nem sempre o parentesco é heterossexual (Butler, 2003), quais novas formas afetivo-sexual-reprodutivas podem, eventualmente, desafiar a colonialidade das relações hetero ou LGBTs? Em que sentido é possível ou necessário falar em “novas conjugalidades”, que não reproduzam os conceitos familistas, legais ou não, a que se acostumou ser realizada a pauta?

O que se perde quando se abdica de uma categoria? O que significa renunciar a uma categoria (Curiel, s/d)? Como o “mandato de masculinidade” (Segato, 2018) impacta sexualidades dissidentes, eurocentradas ou não? O que dizer sobre sexualidades dissidentes não ocidentais?

O que pensar da associação *queer* e quilombo, a partir da tradução *sudaca* feita por Tatiana Nascimento (2018), de “cuirlombo” ou “queerlombo”, ressignificando “*itans*” (relatos míticos iorubás) dos orixás, suas sexualidades e compartilhando a noção de que “um dos pilares mais rígidos e antigos do racismo diz respeito às expectativas sexuais que recaem sobre nossos corpos negros”, aquelas não apenas “hiperssexualizantes”, mas também “hiperheterocissexualizantes”?

Direitos humanos

América Central e México, mas também Colômbia e Brasil, têm mostrado novas formas de guerra, exasperação de políticas de genocídio das populações racializadas – em especial, negras –, políticas de guerra de extermínio, militarização das forças de segurança³, novas formas de milícias e “maras”.

E, com isso, a necessidade de ressignificação de direitos humanos, em tempos de política de morte, como o faz Rita Segato (2018), para além do “diferentes, mas iguais”, que, ao mesmo tempo que encobre a “assimetria binária de um su-

3. Consulte o orçamento do Ministério da Justiça, desde os tempos do ministro Eduardo Cardozo.

jeito masculino que se pretende universal”, também mascara a colonialidade das relações jurídicas e sociais. Para além de uma lógica liberal de igualdade e diferença, sem percepção de assimetrias e relações coloniais de poder.

Daí sua ideia de “desiguais, mas diferentes”, com base na “estrutura explicitamente hierárquica dos mundos comunitários”, mas “radicalmente pluralista”, que abre uma rota para “um estilo próprio da politicidade das mulheres” e também racializado, em termos não hegemônicos. Desta forma, mais que uma fé “cívica” ou “estatal” – a crença de que o Estado ou o mundo jurídico resolvem todos os problemas existentes –, a possibilidade/necessidade de reconhecimento da pluralidade dos “espaços e politicidades de diferente estilo que a vida comunal oferece”. Que possibilidades surgem se, no lugar de um Prometeu acorrentado, arquétipo mítico de libertação ocidental, surge o Caronte liberado de Zapata Olivella – o barqueiro dos infernos, condutor das almas, para além dos grilhões de colonialismo, racismo e ditaduras?

Ressaltaria, ainda, que o comunitário amefricano não se confunde com a comunidade de Rousseau, e o reconhecimento deste ponto permite, também, deslocar a discussão para o “lado de cá”. Num caminho – e aqui voltando a Quijano – dentro e fora do campo estatal, muitas vezes, também contra, com esferas intra e extraestatais.

Um movimento que as mulheres indígenas, negras e também islâmicas têm realizado, em chaves inovadoras, a partir de outras epistemes (não necessariamente “logias”, porque a razão ocidental está, aqui, justamente em questionamento), de outras cosmosensações, de outras formas de viver, fazer e criar gramáticas, vocabulários e práxis (Oyewumi, 1997). De reinventar possibilidades em tempos de destruição, como consta o subtítulo da coletânea de Beatriz Nascimento (2018). De intensificar a teoria e a práxis decolonial, a partir realmente do Sul, com novas formas de “desobediência” e não às “obediências” euro/norcentradas de sempre.

Porque – uma vez mais Rita Segato (2018) – para o “patriarcado, o capital e os monoteísmos fundamentalistas há uma única verdade, uma única forma de bem, um único Deus, uma única forma de futuro, uma única justiça”. Contra a lógica monológica e monopólica, há que se desafiar com a pluralidade e a intensidade da desobediência. E mesmo na narrativa cristã hegemônica, a humanidade surge não somente com a “queda do céu”, mas fundamentalmente com a desobediência – “se comerdes da maçã, vós sereis como deuses”.

Referências

- ASAD, Talal. *Formations of the secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford, CA: Stanford University, 2003.
- BHANDAR, Brenna; SILVA, Denise Ferreira da. *A síndrome “cansei” da feminista branca: uma resposta a Nancy Fraser*, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sindrome-cansei-da-feminista-branca-uma-resposta-nancy-fraser/>.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?, *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 219-260, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/al/vSbQjDcCG6LCPbJScQNxw3D/?format=pdf&clang=pt>.
- CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: MENDIA AZKUE, I. et al., (Eds.). *Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*, p. 45-60. Donostia, País Vasco: Universidad del País Vasco; Hegoa, 2015. Disponível em: http://publicaciones.hegoa.ehu.es/assets/pdfs/329/Otras_formas_de_reconocer.pdf?1429005444.
- CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen*. Bogotá: En la Frontera – Brecha Lésbica, 2013.
- CURIEL, Ochy. *Género, raza, sexualidad. debates contemporaneos*, s/d. Disponível em: <https://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-de-Estudios-Afrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel--Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf>.
- ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkis. De por qué es necesario un feminismo decolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Solar*, v. 12, n. 1, p. 141-171, Lima, 2017. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/9-De-por-qu%C3%A9-es-necesario-un-feminismo-decolonial...Yuderkys-Espinosa-Mi%C3%B1oso.pdf>.
- PINOSA MIÑOSO, Yuderkis. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *Revista Venezolana de la Mujer*, v. 14, n. 33, p. 37-54, 2010.
- LOZANO LERMA, Betty Ruth. Violencias contra las mujeres negras: neo conquista y neo colonización de territorios y cuerpos en la región del Pacífico colombiano. *La Mazana de la Discordia*, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: https://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1630.

MAHMOOD, Saba. Entrevista. In: SHAIKH, N. *The present as history: critical perspectives on global power*. New Delhi, IN: Stanza, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Secularism and religion in the modern/colonial worldsystem: from secular postcoloniality to post secular transmodernity. In: MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos A. (Eds.). *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate*, p. 360-380. Durham, NC: Duke University, 2008.

MALOMALO, Bas'ilele. Filosofia da macumba: a sacralização do corpo do negro na poética de Solano Trindade. *Voluntas: Estudos sobre Schopenhauer*, v. 10, p. 26, 2019.

MILLS, Charles. O contrato de dominação. *Meritum*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/2162>.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. Coletânea organizada e editada pela União dos Colectivos Pan-Africanistas (UCPA). São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Tatiana. Palavra preta. *Da palavra queerlombo ao cuierlombo da palavra*, 2018. Disponível em: <https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/>.

OYEWUMI, Oyeronke. *The invention of women: making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RIOS, Roger Raupp; OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Direitos sexuais e heterossexismo: identidades sexuais e discursos judiciais no Brasil. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa, (Orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*, p. 261-271. São Paulo: Annablume, 2012.

RUFINO, Luiz. *Pegagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SCOTT, Joan W. *Sexularism*. Florence, IT: European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies Distinguished Lecture, 2009. Disponível em: https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/11553/RSCAS_DL_2009_01.pdf. Acesso em: 25 out. 2010.

SEGATO, Rita. Pedagogías de la crueldad. El mandato de la masculinidad (fragmentos). *Revista de la Universidad de México*, “Dossier Feminismos”, nov. 2019a. Disponible em: [https://www.google.com/search?q=SEGATO%2C+Rita.+Pedagog%C3%ADas+de+la+crueldad.+El+mandato+de+la+masculinidad+\(fragmentos\).&oq=SEGATO%2C+Rita.+Pedagog%C3%ADas+de+la+crueldad.+El+mandato+de+la+masculinidad+\(fragmentos\).&aqs=chrome..69i57j964j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=SEGATO%2C+Rita.+Pedagog%C3%ADas+de+la+crueldad.+El+mandato+de+la+masculinidad+(fragmentos).&oq=SEGATO%2C+Rita.+Pedagog%C3%ADas+de+la+crueldad.+El+mandato+de+la+masculinidad+(fragmentos).&aqs=chrome..69i57j964j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8).

SEGATO, Rita. El discurso “desobediente” y feminista de Rita Segato en la Feria del Libro 2019, 2019b. Disponible em: <https://www.infobae.com/cultural/2019/04/25/el-discurso-desobediente-y-feminista-de-rita-segato-en-la-feria-del-libro-2019/>.

SEGATO, Rita. *Manifiesto en cuatro temas*, 2018. Disponible em: <https://ctjournal.org/index.php/criticaltimes/article/view/30>. Acceso em: 20 out. 2019.

SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

WALSH Catherine. Reflexiones en torno a la colonialidad/descolonialidad del poder en América Latina hoy. Una carta a Aníbal Quijano. *Otros Logos*, Año X, n. 10, dez. 2019. Disponible em: <http://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/Revistas/0010/02%202019%20Catherine%20Walsh.pdf>.

WALSH, Catherine; SCHIWY, Freda; CASTRO-GOMÉZ, Santiago. Introducción. In: WALSH, Catherine; SCHIWY, Freda; CASTRO-GOMÉZ, Santiago. *Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder: perspectivas desde lo andino*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/ Abya Yala, 2002.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicina populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Livia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dádiva* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

